

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 30 de janeiro de 2019 às 07h50
Seleção de Notícias

UOL Notícias | BR

Pirataria

Como TV pirata da Arábia virou inimiga número 1 da Fifa e das grandes ligas 3

Jornal da Ciência - SBPC - Online | BR

29 de janeiro de 2019 | ABPI

11. Fila para analisar patentes anda devagar e retarda inovação 5

Brasil Energia Petróleo & Gás Online | BR

29 de janeiro de 2019 | Marco regulatório | INPI

Patente em disputa no mercado de poços 6

Migalhas | BR

29 de janeiro de 2019 | Marco regulatório | INPI

O incerto futuro das indicações geográficas no acordo de livre comércio em negociação entre o Mercosul e a União Europeia 7

APOS

Como TV pirata da Arábia virou inimiga número 1 da Fifa e das grandes ligas



Uma emissora de televisão baseada na Arábia Saudita e supostamente financiada pelo governo local se transformou em uma espécie de inimiga número um das principais entidades que gerenciam o futebol e também das ligas nacionais mais importantes do planeta.

A "declaração de guerra" veio na semana passada, quando Fifa, Uefa, AFC (Confederação Asiática de Futebol), La Liga (**Campeonato Espanhol**), Premier League (**Inglês**) e Bundesliga (**Alemão**) emitiram um comunicado conjunto condenando as ações da rede BeoutQ.

De acordo com a carta, divulgada pelos canais de comunicação dessas seis entidades, a emissora tem transmitido eventos esportivos sobre os quais não tem direito. Ou seja, esses órgãos acusam os sauditas de estarem praticando **pirataria** em eventos como a Copa da Ásia-2019 e a **Liga dos Campeões** da Europa.

"As atividades da BeoutQ são uma violação clara e flagrante dos nossos direitos de propriedade intelectual. A **pirataria** da BeoutQ não prejudica apenas a nós, detentores de direitos, mas também os canais licenciados legítimos e, finalmente, os torcedores das nossas competições. O dinheiro arrecadado com a venda dos direitos de transmissão permite-nos ajudar a apoiar os participantes, assim como desenvolver o esporte pelo qual somos res-

ponsáveis. A **pirataria** mata este investimento", afirma o comunicado.

Ainda na carta, as entidades prometem "trabalhar de perto com os parceiros e as autoridades competentes para fazer cumprir e defender os nossos direitos de propriedade intelectual e acabar com esta pirataria generalizada para benefício de todos".

Essa não é a primeira vez que a BeoutQ é acusada de violação dos **direitos autorais** de eventos esportivos. No ano passado, a **Fifa ameaçou processar a emissora por transmitir ilegalmente a partida de abertura da Copa do Mundo**, entre Rússia e Arábia Saudita. Logo depois, foi a vez da Liberty Media, dona da F1, realizar a mesma ameaça em virtude de exibições ilegais da principal categoria do automobilismo mundial.

O que diferencia a empresa de várias outras plataformas espalhadas pela **internet** que fazem pirataria e reproduzem de forma irregular conteúdos produzidos por canais que possuem os direitos de transmissão dos eventos é a questão geopolítica ligada à sua existência.

A BeoutQ nasceu em 2017, justamente na época em que o **governo da Arábia Saudita decidiu cortar relações diplomáticas com o Qatar** sob acusação de que o país estava colaborando com grupos terroristas. Coincidência ou não, a emissora tem pirateado o sinal da BeIN Sports, empresa qatariana que transmite os principais campeonatos do planeta para o Oriente Médio.

O canal já conduziu uma investigação própria e concluiu que o responsável pelo esquema de captação e retransmissão dos eventos conta com apoio do governo saudita. A prova dessa conexão seria que o sinal de BeoutQ é espalhado pelo Oriente Médio, via Arabsat, a empresa de satélites do país rival.

Continuação: Como TV pirata da Arábia virou inimiga número 1 da Fifa e das grandes ligas

As autoridades sauditas, no entanto, negam que sejam responsáveis pelo esquema de pirataria. Também dizem não ter nenhuma ligação com o nome da companhia: BeoutQ, um trocadilho com BeIN e uma redução da frase "Be Out Qatar", algo como "Fique Fora, Qatar".

Vale lembrar que o Qatar será sede da próxima edição da Copa do Mundo e é um dos grandes financiadores do futebol mundial na atualidade. O Paris Saint-Germain, por exemplo, é bancado por um fundo de investimentos do país árabe. Já a Qatar Airways, empresa aérea do país, é uma das patrocinadoras da Fifa.

Mais de Clubes

- Em janela de R\$ 3 bi, Fla e Palmeiras estão entre os mais gastos do mundo - Brasileiros gastam R\$ 190 mi a mais que argentinos para Libertadores-19 - Com Robinho, time de "velhinhos" está provocando revolução no futebol turco - Patrocínio de turismo na Coreia do Norte gera polêmica no futebol inglês

11. Fila para analisar patentes anda devagar e retarda inovação

Reportagem do Jornal Valor Econômico fala sobre estudo da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (**ABPI**)

Falta de mão de obra é a principal causa da demora na aprovação de patentes no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**). É o que atesta um estudo do professor Antônio Márcio Buainain, da Unicamp, realizado a pedido da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (**ABPI**), em reportagem publicada no jornal Valor Econômico desta terça-feira (29).

De acordo com o levantamento, em 2018 havia mais de 208 mil pedidos de patentes a serem analisados pelo **INPI**, 15% menos que em 2017. Em 2014, o Brasil tinha 1.042 pedidos de patentes para cada examinador, enquanto nos Estados Unidos a mesma relação era de 66,7, na Europa 93,8, no Japão 109,7 e na Coreia do Sul 210,5. O reflexo da falta de mão de obra é que enquanto a análise de um pedido leva 10,2 anos

no Brasil, no Japão leva apenas 1,3 ano e nos EUA, 2,2 anos.

O número de pedidos na fila do **INPI** vem caindo graças a um esforço do órgão que, desde 2014 vem apostando no estabelecimento de metas, na contratação de funcionários, no uso de tecnologias mais recentes e na assinatura de convênio com órgãos de outros países, o que possibilitou dobrar o número de **concessão de patentes** para 5.450 em 2017.

Apesar do trabalho e "dedicação da equipe técnica" para diminuir a fila de pedidos de patentes, mais de 200 é um número alto para padrões internacionais, afirma Buainain, que defende uma valorização do instituto, com a contratação de mais profissionais examinadores.

Jornal da Ciência, com informações Valor Econômico, 29/01/2019 pág. A17

Patente em disputa no mercado de poços



Briga iniciada no Brasil entre a Schlumberger e Dynamic Air agora corre na Justiça americana. Uma disputa de patente entre a Schlumberger e a Dynamic Air iniciada no Brasil pode gerar impactos milionários no mercado de poços do país. A história começou em 2012, quando a Dynamic Air venceu uma licitação da Petrobras para o transporte e descarte de cascalho resultante de atividades de perfuração, batendo a Halliburton, Baker Hughes, Varco e a M-I Swaco, braço da Schlumberger no segmento.

A última empresa questionou, no entanto, a vitória da Dynamic Air, argumentando que uma patente de sua titularidade cobriria os equipamentos que permitem armazenar e transportar o material extraído dos poços (cascalho de perfuração e fluidos). A patente refere-se a vasos de pressão no formato de silos de fundo cônico, dotados de frame (estrutura metálica de sustentação) exigido para movimentação offshore, conforme especificado no edital da licitação da Petrobras.

Embora o valor do contrato seja de "apenas" R\$ 115 milhões, a disputa judicial pode ter um impacto financeiro muito maior no mercado, a depender do resultado.

Em janeiro de 2018, o IBP publicou uma instrução normativa revendo as normas de manejo dos resíduos no país, tornando mandatório o descarte em terra mesmo em áreas não protegidas por questões ambientais. Caso a patente seja validada, apenas a

M-I Swaco poderia realizar o serviço ou os demais teriam que pagar royalties pelo uso da tecnologia.

No Brasil, porém, a Dynamic Air, representada pelo escritório Licks Advogados, conseguiu provar que o conhecimento técnico para a fabricação do equipamento pertencia ao domínio público. O argumento central foi que a teoria do fluxo de massa, que serviu de base para a construção do maquinário, foi publicada em livro pela primeira vez na década de 1960, décadas antes do registro da patente, que data de 1999.

Segundo o escritório, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**) concordou com a explicação e já deu início à nulidade do registro.

"Por vezes, o **INPI** não tem acesso a todos os documentos técnicos relevantes no processo de concessão da patente. No caso, a Dynamic apresentou novas informações e demonstrou que os conhecimentos necessários para a tecnologia decorriam do estado da técnica de forma óbvia; com isso a própria autarquia reviu sua posição e concordou que a patente deveria ser anulada", explica o sócio do Licks Advogados, Rodrigo Maior.

A M-I Swaco acionou, contudo, a Justiça americana, onde o equipamento também é patenteado, e um processo independente agora corre por lá.

"O processo está indo no mesmo caminho do Brasil e espera-se que seja uma questão de tempo até que a patente seja anulada. A disputa segue, e será interessante acompanhar o seu desenrolar", assinala Maior.

Procurada, a Schlumberger não quis comentar o assunto.

O incerto futuro das indicações geográficas no acordo de livre comércio em negociação entre o Mercosul e a União Europeia



Em setembro deste ano, no calor da instabilidade econômica na Argentina e do processo eleitoral brasileiro, reiniciaram-se as rodadas de negociação do Acordo de Livre Comércio entre a União Europeia e o Mercosul, em curso há quase vinte anos. Com a Venezuela suspensa do tratado desde 2016, Argentina, Paraguai e Uruguai acompanharam o Brasil nas tratativas com o bloco europeu.

No contexto destas negociações, o tema das **indicações geográficas** sempre foi um assunto sensível. **Indicações geográficas** são sinais distintivos (nomes, palavras, símbolos) usados para identificar a origem geográfica de produtos ou serviços provenientes de localidades que tenham se tornado prestigiadas ou conhecidas em relação a tal produto ou serviço; ou quando esta mesma origem geográfica seja determinante de uma característica ou qualidade

de um produto ou serviço.

Tradicionalmente, **indicações geográficas** comportam duas categorias de sinais: as indicações de procedência, relativas regiões ou localidades cujos produtos ou serviços gozem de determinada reputação (como, por exemplo, chocolates suíços, perfumes franceses, cutelaria alemã, rendas nordestinas, entre outros) e as **denominações de origem**, referentes a regiões ou localidades cujos fatores geográficos (clima, latitude, altitude, composição de solo, umidade etc.) ou humanos (modo tradicional de produção, por exemplo) conferem certas qualidades e características intrínsecas aos produtos (Bordeaux, Champagne, Cognac etc.).

Dentre as **indicações geográficas** mais conhecidas, estão diversos produtos do continente europeu, berço do sistema legal de proteção a estes sinais distintivos agregadores de valor no comércio internacional. Basta mencionar as **indicações geográficas** de queijos, vinícolas, azeites, embutidos e tantos outros produtos alimentares de prestígio e valor diferenciados, desde o desenvolvimento do comércio transnacional e abertura de rotas no final do período medieval.

No Brasil, o fomento à cultura de **indicações geográficas** é bem mais recente. Apesar de sua enorme extensão territorial e da diversidade de ecossistemas, o Brasil não tinha, até o ano 2002, nenhum pedido de **indicação geográfica** para produtos ou serviços nacionais. O exemplo da APROVALE, associação dos produtores da região do Vale dos Vinhedos, apoiada pela EMBRAPA e por universidades federais, foi paradigmático. Hoje, Vale dos Vinhedos é uma **denominação de origem** para vinícolas, acompanhada por mais dez **denominações de origem** brasileiras (dentre elas, a região do cerrado mineiro, para

Continuação: O incerto futuro das indicações geográficas no acordo de livre comércio em negociação entre o Mercosul e a União Europeia

cafés, litoral norte gaúcho para arroz, Costa Negra, para camarões da região do Baixo Acaraú, no Ceará) e cinquenta indicações de procedência nacionais (incluindo Alta Mogiana, para cafés; Paraty para aguardente; Vale dos Sinos, para couros; São João Del-Rey para estanhos; e Canastra, para queijos, dentre outras). No site do **INPI**, é possível acessar a lista das indicações de procedência concedidas e a lista das **denominações de origem** concedidas, bem como acompanhar o andamento dos pedidos.

No contexto do comércio internacional, os países europeus vêm pressionando as demais nações quanto à adequada proteção das **indicações geográficas** para impedir seu uso indiscriminado por produtores que não possuam vínculo com a região de origem. Os conflitos podem se tornar complexos, sobretudo, em função do uso destes sinais por imigrantes oriundos das regiões produtoras, instalados nos novos continentes, como a América e a Austrália, e, em alguns casos, transformando **indicações geográficas** como sinônimos de categorias de produtos. No Brasil, linguiça calabresa e queijo parmesão são exemplos de **indicações geográficas** que perderam sua distintividade para indicar produtos vindos das respectivas regiões italianas.

Para disciplinar estas questões, tratados multilaterais como o TRIPS (ADPIC, em português, para Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio) estabelecem regras que levam em consideração diversos critérios de solução, como a boa fé e a prolongação do uso do sinal no território que não corresponde à origem do produto. Além das regras de disciplina pelos acordos multilaterais, as partes podem solucionar seus conflitos de interesses por meio de acordos bilaterais diretos. No segmento vitivinícola, a União Europeia celebrou acordos bilaterais com países conhecidos

como "novos produtores", como é o caso da Austrália e do Chile.

Estrategicamente, o Mercosul vincula a negociação de um possível acordo com a União Europeia sobre **indicações geográficas** à agenda de negociações para a facilitação das exportações de seus produtos agrícolas ao Velho Continente, face ao forte regime de subsídios acordados aos produtores locais europeus. O bloco latino vem demandando propostas mais atraentes da União Europeia para abrir a entrada de carne bovina, açúcar e etanol, produtos que ainda sofrem restrições de cotas e barreiras relevantes. A Comissão europeia para o Livre Comércio, por sua vez, critica o foco dos países do Mercosul nas exportações à China e à Ásia, bem como o dito protecionismo industrial no segmento de produtos químicos.

Neste contexto, os blocos trocaram listas com as **indicações geográficas** que pretendem reconhecer e proteger diretamente. Da lista da UE constam 347 IGs contra apenas 200 na lista do Mercosul. Há, nessa discussão, questões delicadas a serem endereçadas, como as **indicações geográficas** que se tornaram uso comum no Brasil, tais como parmesão, gorgonzola, cava, brie, feta e parmigiano.

A lista europeia foi publicada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, abrindo prazo para qualquer interessado manifestar-se, mas ainda não há dados oficiais sobre as potenciais objeções.

À imprensa, Rodolfo Nin Novoa, chanceler do Uruguai, país que preside o Mercosul, afirmou que o bloco almeja fechar acordo de livre-comércio com a UE no primeiro trimestre de 2019, antes da mudança do Parlamento da União Europeia. Com a recente posse do novo governo do presidente Jair Bolsonaro, espera-se que seja definida uma agenda para este im-

Continuação: O incerto futuro das indicações geográficas no acordo de livre comércio em negociação entre o Mercosul e a União Europeia

portante acordo.

Laetitia d'&Hanens

***Laetitia d'&Hanens é sócia no Gusmão & La-brunie - Propriedade Intelectual.**

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3

Pirataria

3

ABPI

5

Marco regulatório | INPI

5, 6, 7

Patentes

5

Denominação de Origem

7